entre

Linhas

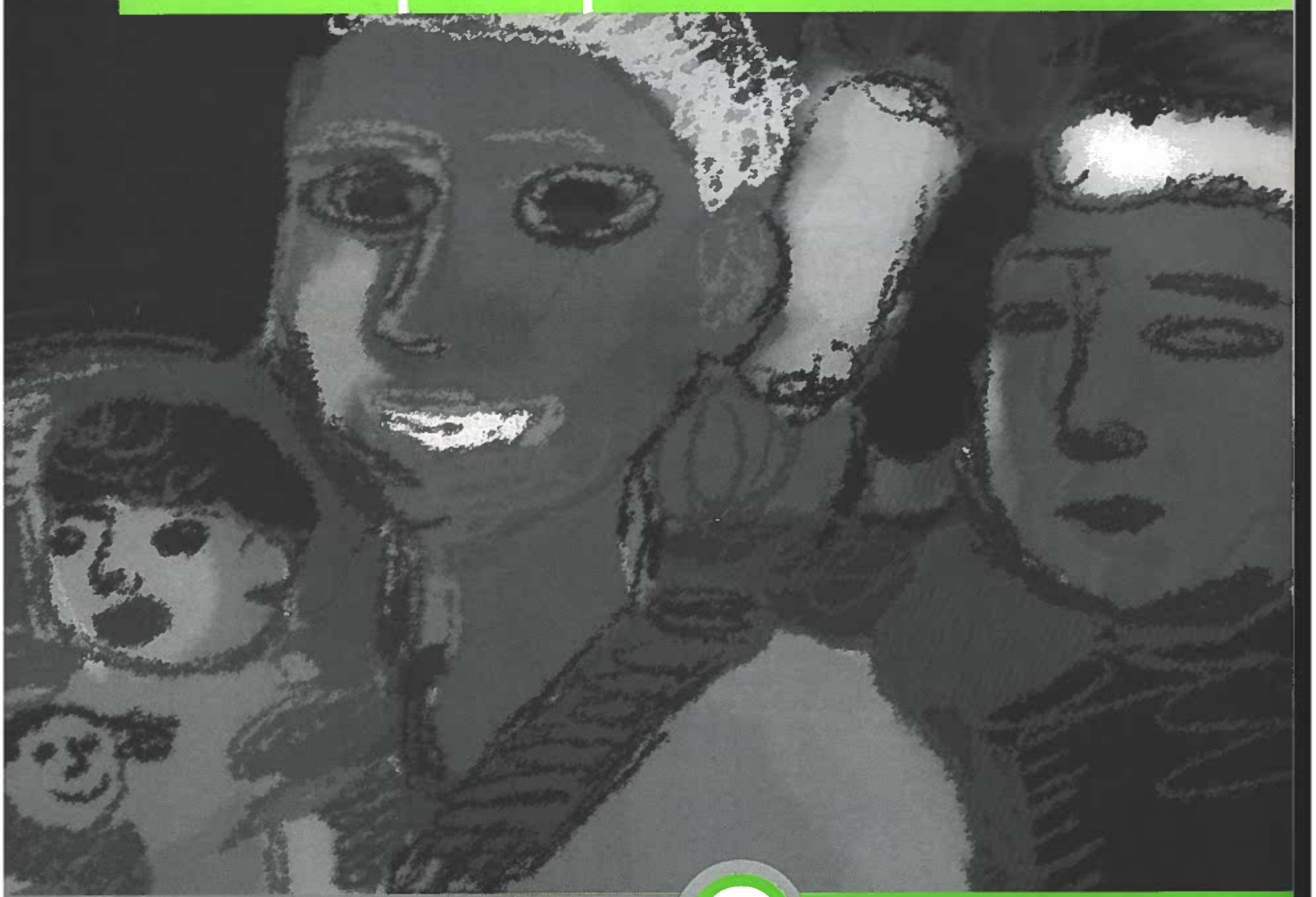
Setembro / Outubro de 2003
Nº 22 ANO IV

Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO Nº 0367/01
ECT/DR/RS
CRP-07-Conselho Regional de Psicologia
7ª Região
ACF BOM FIM

ÉTICA E PSICOLOGIA:

Uma perspectiva cidadã



DIA DO PSICÓLOGO

reforça o compromisso social da profissão

Página 4

Caxias do Sul

Psicólogos da Serra têm encontro no dia **9 de outubro**

Página 7

editorial

ETICA E PSICOLOGIA:
Uma perspectiva cidadã



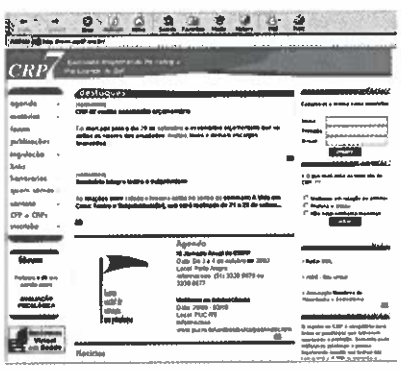
Psicólogos na construção *de um instrumento* de cidadania

Em novembro, psicólogos de todo país estarão trabalhando em Brasília na construção de um novo código de ética profissional. Será uma oportunidade em que colegas que participaram dos fóruns regionais e foram eleitos delegados poderão contribuir com uma forma de representação da Psicologia em nossa sociedade. Estamos trabalhando para construir um instrumento da cidadania, que avance na direção de uma sociedade que respeita os direitos fundamentais. Certamente, sabemos que não é uma tarefa somente nossa, mas isso não nos desanima em relação ao horizonte que traçamos.

Assim, esta edição do *EntreLinhas* está povoada por formas de fazer e pensar a Psicologia que percorre caminhos, às vezes, aparentemente muito distantes dos estereótipos de nossa profissão. Esta posição ficou especialmente marcada na conferência do psicólogo José Moura, por ocasião da passagem do Dia do Psicólogo este ano. É através de sua experiência na *Vila Joanisa* que Moura aprende a fazer uma psicologia que encontra em cada indivíduo um nome e uma história. E, como bem lembrou, para ser solidário é preciso primeiramente se reconhecer também em estado de carência, e não na posição de quem tem de sobra, de quem não tem o que receber e que está ali somente para dar.

Neste sentido, também, o Conselho Regional de Psicologia, juntamente com outras entidades, trouxe a psicóloga mineira Fernanda Ottoni de Barros para falar sobre a experiência de atendimento em rede dos pacientes judiciários, visando sua reinserção social. Nesta edição apresentamos um resumo do encontro, provando que existem formas eficazes de tratar dos portadores de sofrimento psíquico que cometeram crimes.

Estes são apenas alguns dos exemplos de práticas que enobrecem o fazer psicológico, dando-lhe novos sentidos e possibilidades.



Gestão Inserção

Visite o novo site do CRP-07

www.crp07.org.br

Gestão Inserção

- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Maria da Graça Corrêa Jacques
- Mylène Geiger
- Ruy Dias Gigante
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

Diretoria

- Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Vice-presidente: Carla Garcia Bottega
- Secretária: Mylène Geiger
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

entre Linhas

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838 3330.3458
E-mail:
contatos através do site
www.crp07.org.br

Seção Serra
Avenida Itália, 325/705
95.010-260 – Caxias do Sul/RS
Telefone (54) 223.7848
Representante: Patrícia Bisol

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
Representante: Giovani Cantarelli

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Periodicidade: bimestral
Distribuição gratuita

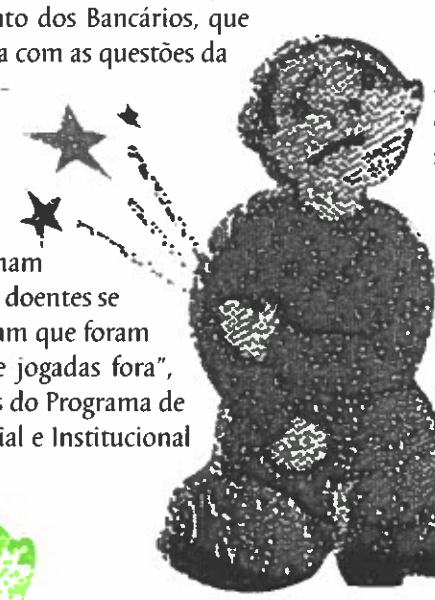
Encontros pela SAÚDE e Cidadania



Mais do que um tratamento terapêutico, importa a reconstrução da cidadania. Apesar da dor, é possível perceber que algo pode ser modificado. Esta é a proposta que move os grupos de Ação Solidária, formados por trabalhadores portadores de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) e orientados por profissionais de diferentes áreas, como Psicologia, Medicina, Assistência Social e Educação Física. "Atuamos com pessoas que perderam seu trabalho ou tiveram que se aposentar em função do problema. É uma situação difícil, porque a LER é uma doença invisível e geralmente cercada por preconceitos de familiares, colegas de trabalho e superiores, que não acreditam que o outro esteja sofrendo", relata a psicóloga Mayte Amazarray, mestre em Psicologia e integrante da equipe que coordena um grupo semanal de Ação Solidária junto ao Sindicato dos Bancários, em Porto Alegre, há cerca de um ano e meio.

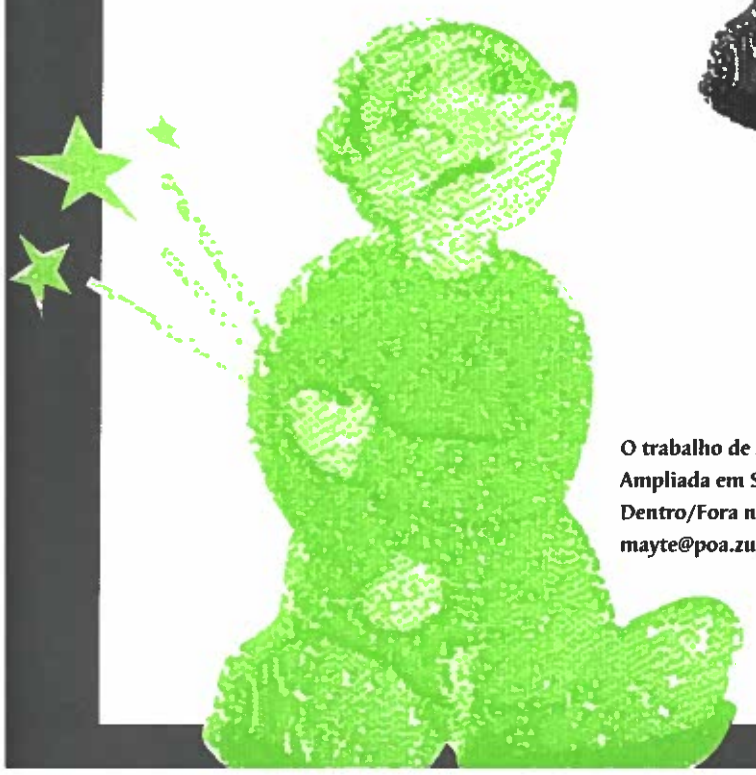
Junto com a psicóloga Silvana de Oliveira e outros profissionais da saúde, Mayte deu continuidade a um projeto que existia no Hospital de Clínicas e que tinha o propósito de tratar os casos de LER/DORT em grupos e para além da área da saúde. "A LER não é uma doença que pode ser vista somente sob o aspecto da saúde. Também envolve o trabalho, questões sociais, prevenção", destaca Silvana de Oliveira, que também é mestranda em Psicologia. Segundo ela, no Clínicas já havia a intenção de formar grupos para tratar a doença de uma forma mais ampla, mas num período determinado. "Depois de um tempo, os coordenadores perceberam que era importante passar estes grupos para espaços sociais adequados, como os sindicatos, onde existissem departamentos de saúde e o funcionamento pudesse ser permanente. É o caso do Sindicato dos Bancários, que tem uma preocupação já histórica com as questões da saúde e que registra 55% de funcionários com sintomas de LER", acrescenta a psicóloga, lembrando a rotina de movimentos repetitivos que envolve este tipo de atividade. "Pessoas que trabalham há 10, 15 anos num banco e ficam doentes se sentem vítimas do processo, alegam que foram exploradas e depois literalmente jogadas fora", conta. Mayte e Silvana são ligadas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, parceiro no projeto dos grupos de Ação Solidária, que também existe junto ao IPA e está em fase de implantação em outros locais.





As psicólogas alegam que o convívio em grupos é importante para que os doentes de LER percebam que não estão sozinhos, que existem histórias parecidas com as suas. "Juntos, eles conseguem perceber sua implicação no processo de adoecimento de maneira mais intensa e podem tomar iniciativas para melhorar seu dia-a-dia", explica Mayte. Ela conta que o grupo está empenhado em promover ações para que a sociedade tome conhecimento da gravidade da LER e evitar que outras pessoas adoeçam. "São iniciativas que incluem desde campanhas publicitárias até a criação de um site, além da organização de eventos. Um deles foi um seminário estadual que reuniu 300 portadores de LER e contou com a participação de representantes de todas as instituições envolvidas na via-crúcis pela qual um doente de LER precisa passar para obter o auxílio financeiro a que tem direito, como o INSS, Ministério do Trabalho, DRT e Secretarias de Saúde", conta Mayte. Segundo a psicóloga, estas iniciativas atestam a edicácia dos grupos de Ação Solidária, que é fazer com que a pessoa abandone uma postura de resignação e até de vitimização diante da doença em troca de uma postura ativa, sendo agente de mudanças individuais e coletivas. "Aos poucos, as pessoas saem do problema individual para algo maior, compartilham de projetos para evitar que outros adoeçam. Isso se constitui o próprio papel social, já que eram indivíduos que em sua maioria não tinham esta percepção do coletivo, não se envolviam com políticas de vida", acrescenta Silvana. Um exemplo é apresentado por Mayte, que lembra o caso de uma mulher que entrou num banco aos 18 anos e, depois dos 40, começou a apresentar sintomas de LER, com dores insuportáveis. "Ela chegou no grupo voltada para o seu problema individualmente, não conseguia interagir nem ouvir ninguém. Com o passar do tempo, foi transformando seu ponto de vista, escreveu sua história e chegou a fazer uma análise das relações de poder dentro do sistema capitalista. Ou seja, ela ainda tenta resolver o seu problema, mas sua postura mudou, tem outra noção dos seus direitos", salienta.

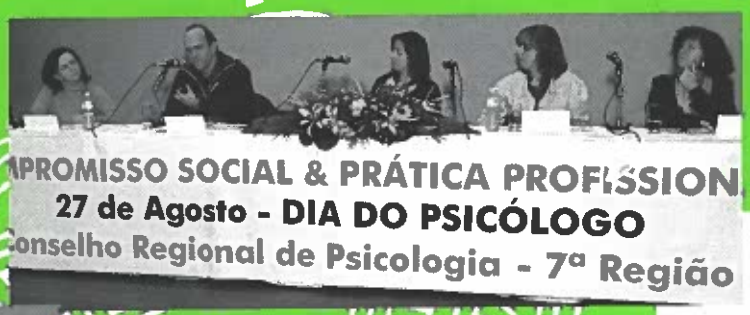
Mayte e Silvana também são unânimes em ressaltar a importância do profissional da Psicologia neste projeto. "Muitas pessoas que sofrem de LER têm depressão, observamos vários níveis de desestruturação, inclusive tentativas de suicídio", contam. Segundo elas, o psicólogo é uma referência que legitima o espaço para a escuta, que consegue encaminhar o processo, dar condições para a pessoa se colocar, falar da sua dor. "As redes são muito importantes para a saúde do trabalhador e um espaço muito rico para o psicólogo, que normalmente associa psicologia do trabalho com a empresa. Atuar na saúde coletiva também é uma oportunidade de aprender a trabalhar com os outros, o que só vem valorizar nossa atuação", destacam.

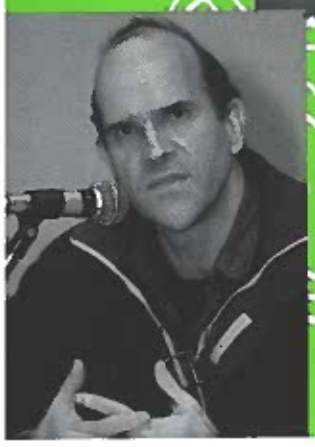


O trabalho de Mayte Amazarray e Silvana de Oliveira - Grupos de Ação Solidária: uma Experiência da Clínica Ampliada em Saúde do Trabalhador – foi um dos selecionados para a oficina Clínica Ampliada: repensando o Dentro/Fora nas Práticas Psi, promovida pelo CRP-07 no III Fórum Social Mundial. Contantos pelos e-mails mayte@poa.zumnet.com.br ou silvanadeoliveira@hotmail.com

A imagem que ilustra esta página é o logotipo adotado pelos grupos de Ação Solidária.

Dia do Psicólogo reafirma compromisso social *da categoria*





Compromisso Social & Prática Profissional do Psicólogo foi o tema escolhido pelo CRP-07 para o Dia do Psicólogo, comemorado com um debate no Teatro do Sesc, em Porto Alegre. O assunto ganhou justificativa na mesa de boas-vindas, formada respectivamente pela presidente e tesoureira do CRP-07, Carla Tomasi e Tatiana Baierle, e pela vice-presidente do CFP, Ana Luiza Castro: "Buscamos uma Psicologia de mais qualidade, que avance de forma definitiva em busca do compromisso social", disse a presidente do CRP-07.

Na primeira parte do programa, as psicólogas Maria Cristina Carvalho da Silva, Gislei Lazzarotto e Nádia Frizzo apresentaram algumas reflexões sobre temas que estão em pauta atualmente no cotidiano das instituições da Psicologia: Ato Médico, Redes e Ética. Sobre o Ato Médico, Maria Cristina lembrou que o psicólogo, na sua trajetória, tem feito parte de movimentos sociais mais amplos, como é o caso dos relacionados ao campo da saúde. "E estas lutas históricas têm garantido a saúde como um direito de todos e como um conceito mais amplo, que passa pela descentralização, a universalidade, a interdisciplinaridade e a eqüidade", destacou. Esta possibilidade de criar laços, de transformar aspectos psicológicos, sociais e econômicos é importante para superar estereótipos. "Nossa atividade no consultório é pública, não é privada. E a partir de uma ação profissional baseada no compromisso social e que reconheça a psicologia como uma atividade social, teremos condições de desmascarar a proposta do Ato Médico", destacou ela. A psicóloga Gislei Lazzarotto trouxe da prática pessoal a base da sua explanação sobre Redes. Relacionando o trabalho com jovens infratores e sua maneira de encarar a vida, ela ressaltou o quanto estamos envolvidos em redes no nosso cotidiano e a importância disso na formação do psicólogo . "Apesar de sermos sujeitos, encaramos redes. No caso dos jovens, eles arrasam a maneira como a psicologia vem pensando a infração e a violência, a maneira como fazemos esta escuta", disse. Já a psicóloga Nádia Frizzo destacou a importância de todos os psicólogos participarem da reformulação do Código de Ética. "Acho que olhar para os nossos erros é uma forma de aprender. A formação ética do psicólogo passa pelos meandros do bem fazer e também por questões do código. Há momentos em que temos que pensar em escolhas, em como atender, em como fazer a tarefa a qual nos propomos", destacou.

A conferência da noite foi realizada pelo psicólogo paulista José Moura, professor de Psicologia Social da USP. Ele começou sua palestra falando que o tema do Dia do Psicólogo o devolvia às décadas de 1970, 1980, tempos nos quais vingou um certo ambiente público e quando trabalhou nos centros da juventude da Vila Joanisa, uma iniciativa de mulheres da periferia de São Paulo que desejavam um futuro melhor para seus filhos. "Era um tempo em que era indispensável sonhar, um tempo de organizações populares contra o capitalismo, de antecipar um tempo por vir", disse, ressaltando que nesta época o psicólogo social direcionava seu humanismo a cidadãos mais ou menos espoliados. A partir de sua experiência, José Moura ressaltou que compromisso social é compromisso político com os outros, é estar no meio dos outros. "E ser político excede a preocupação comigo mesmo, se desenha num espaço de ações e palavras que excedem o caráter meramente econômico da vida", destacou. O compromisso social também faz passar das necessidades privadas para o serviço ao outro, "quando se conquista a capacidade de servir sem servilismo", e reforça o compromisso com a igualdade e a colaboração. "A desigualdade é uma experiência de impedimento, cidadãos obrigados a agir por obediência sofrem porque são impedidos de falar ou agir. Mas a igualdade vive da diferença, é um fenômeno político que não se faz no isolamento, é intersubjetivo", explicou. Para concluir, e citando Hannah Arendt, o psicólogo abordou o conceito de autoridade científica/técnica, que corresponde a uma condição de superioridade por causa de uma comunicação com o passado. Ao contrário, aquele que foi investido de autoridade política – e normalmente é reverenciado por isso – é quem participa de uma experiência de fundação, de uma experiência grupal de cidadania. "Mas ele não deve se achar superior. A autoridade não tem a última palavra. É alguém para ser levado em consideração por seus conselhos, mas não é um comandante".





Psicólogos a serviço do social

O Dia do Psicólogo marcou o lançamento nacional do Banco Social de Serviços, uma proposta do Sistema Conselhos de Psicologia que tem como objetivo ampliar o compromisso social da Psicologia com a maioria da população brasileira. Esta é mais uma ação que demonstra à sociedade a possibilidade de engajamento social dos profissionais da Psicologia, o que já aconteceu com a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada no ano de 2000 sob o tema Psicologia e Compromisso Social. É uma proposta inovadora e voltada para as mudanças necessárias em nosso país. Através dela, existe a clareza de que a participação dos psicólogos com o conhecimento construído e práticas inclusivas auxiliará nas alterações sociais que desejamos.



O Banco Social de Serviços é um programa do Sistema Conselhos que visa ampliar a percepção da sociedade, dos poderes públicos e dos profissionais de psicologia, sobre a contribuição da psicologia na concepção e implementação de políticas públicas governamentais. Visa, também, articular formas de cooperação dos profissionais com as políticas sociais e contribuir para o aperfeiçoamento profissional e engajamento social dos psicólogos. A proposta que está sendo construída visa a prestação de serviços a órgãos públicos em novos projetos, para os quais não há serviço de psicologia estruturado. Todos os projetos serão coletivos e formulados com o setor público e terão duração de um ano.

O CRP-07 convida os profissionais gaúchos a contribuírem com seu trabalho em alguns eixos considerados prioritários, como a) Economia Solidária e Desemprego; b) Criança e Adolescente; c) Reforma Psiquiátrica. O credenciamento pode ser feito por qualquer psicólogo que queira participar, acompanhar e receber informações sobre o Banco, através do site www.crp07.org.br, sendo que este credenciamento inicial não implica em compromisso. Já foram cadastrados mais de 1.200 profissionais no país.

O gerenciador do programa é o Instituto Florestan Fernandes, de Brasília, especializado na elaboração de estudos e pesquisas públicas. A instituição é responsável pela identificação dos programas sociais e pelo cruzamento de informações dos psicólogos selecionados conforme a área de atuação e natureza do projeto.

O CRP-07 espera a participação de todos no Banco Social de Serviços, que será construído coletivamente e para o coletivo do país!!!



SO SOCIAL & PRÁTICA
DIA DO PSIC

Fotos: Patrícia Haubert



"A lógica dos manicômios não é salutar"

Uma platéia lotada e atenta acompanhou a conferência Um Salto de Cidadania: Para Além dos Muros – O Tecido de uma Rede, desenvolvida pela psicóloga mineira Fernanda Ottoni Barros no dia 4 de setembro em Porto Alegre. A psicóloga, que também é professora da UFMG, apresentou para o público o resultado de um programa implantado há quatro anos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais e que atende pelo nome de PAI-PJ: Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário.

Como coordenadora do projeto, Fernanda já acompanhou quase 500 casos de portadores de sofrimento psíquico que, por terem cometido crimes contra outros, ou receberam medida de segurança ou estão em processo de julgamento. Na verdade, receberam não uma condenação, mas, pelo contrário, foram absolvidos e considerados inimputáveis, isto é, sem condições de entender o caráter ilícito do fato. Estes sujeitos não terão a oportunidade de ser ouvidos no sentido de esclarecerem suas razões, sua verdades, serão internados em manicômios judiciário por tempo indeterminado para receber tratamento até que deixem de ser perigosos. Assim, na maioria das vezes, o que era uma absolvição se transforma em "pena perpétua". No PAI-PJ, a lógica é oferecer acompanhamento interdisciplinar, realizando mediação entre o tratamento, o processo jurídico e as relações sociais do paciente até o retorno ao convívio social. "De todas estas pessoas, pelo menos 90% hoje circulam livremente, sem nenhuma reincidência de crimes violentos. O "louco" deve demonstrar publicamente sua capacidade de viver em sociedade e precisa responder pelos erros que cometeu. Mas a lógica do cárcere, do manicômio, não é salutar, e este é o traçado que queremos mudar. É preciso questionar a facilidade com que se tira do cotidiano o que nos limita, a incapacidade que existe em tratar o que foge da normalidade", explica.

O PAI-PJ surgiu a partir da indignação de um grupo de alunos de Psicologia da UFMG diante da situação do manicômio judiciário de Barbacena, já que também em Minas Gerais há uma discussão muito intensa a respeito da reforma psiquiátrica. "O Tribunal de Justiça recebeu bem o projeto e começamos com 15 casos, em medida de segurança ou reincidentes, propondo uma discussão com a área pública da saúde e destacando a importância do sujeito circular por outros espaços. Era a oportunidade de propor um modelo dentro da reforma psiquiátrica e não mais ligado ao judiciário", conta Ottoni. Todo o trabalho tem como objetivo criar espaços de reflexão sobre o desamparo, o abandono, buscando minimizar o fenômeno da segregação, a fim de promover o retorno social do louco infrator.

Nestes quatro anos de estudos e acompanhamentos do PAI-PJ, o grupo envolvido já fez muitas constatações relevantes. Um deles é de que o ato violento, em si, acaba sendo uma solução para o sofrimento da pessoa. "Mas dizer que a periculosidade é momentânea, que o ato é imprevisível, é ficção. O doente dá avisos do que pode fazer, mas o problema é que a maioria não tem acesso aos cuidados e chega a um sofrimento insuportável, para o qual a violência acaba sendo a última solução", comenta. A disponibilidade dos envolvidos na rede também é fundamental. "Hoje temos 140 casos com liberação da sentença processual mas continuamos sendo um ponto da rede, eles vêm buscar orientação e temos que estar ali para indicar caminhos. Se o paciente quiser segui-lo, a responsabilidade é dele", destaca. De acordo com Ottoni, é fundamental montar uma rede em torno dos casos e não esperar que eles cheguem. "Precisa haver discussão, cada um deve escutar o que o sujeito está dizendo no seu percurso por esta rede, temos que circular, costurar, não importa de quem é o paciente. Não estamos ali para uma terapia de consultório, não foi o sujeito que nos escolheu, ele chegou até nós por uma oferta. E temos que nos dar conta desta complexidade. Muitas vezes o caso não se enquadra nas nossas teorias, o que acaba por desfazer nossas ficções dos tempos de supervisão", avalia.

A conferência com Fernanda Ottoni de Barros foi uma realização conjunta do Conselho de Psicologia do RS, Conselho Federal de Psicologia, Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre e Santo Ângelo, Ambulatório Pró-Jovem/NASCA/SMS, Escola de Saúde Pública/SES e FASE.

ÉTICA E PSICOLOGIA: Uma perspectiva cidadã



Uma nova ética *para a Psicologia*

No Brasil inteiro, os Conselhos de Psicologia se preparam para a revisão do Código de Ética dos psicólogos. Depois de encontros e debates regionais, representantes de todos os CRPs reúnem-se em Brasília nos dias 7 e 8 de novembro, data definida para a realização do II Fórum Nacional de Ética.

Apesar da profissão de psicólogo ter sido regulamentada em 1962, a Psicologia só teve seu primeiro Código de Ética aprovado em 1979. De acordo com a época, este documento não contemplava todas as possibilidades de atuação do profissional da psicologia, restringindo-se principalmente à clínica. Por isso, em 1987 (menos de uma década depois), já foi feita uma reformulação do Código, a mesma que vale até hoje. Em 1997, ano de realização do I Fórum Nacional de Ética, houve a proposta de rediscutir e reformular o Código de Ética, mas na ocasião os delegados eleitos consideraram que as mudanças deveriam ser feitas posteriormente, após uma reflexão mais criteriosa por parte dos profissionais. E este momento é agora. Depois de 25 anos de existência e somente uma reformulação, o Código de Ética muda para acompanhar as transformações políticas, jurídicas, econômicas e sociais pelas quais o País vêm passando nos últimos anos e os próprios avanços do profissional da Psicologia, que conquista cada vez mais espaço e importância na sociedade. Será a oportunidade de debater a ética na prestação dos serviços psicológicos a partir de uma perspectiva cidadã, de pensar que profissão está sendo construída, de avaliar a relação entre o profissional da psicologia e os usuários de seus serviços e também com outros profissionais e instituições para as quais e nas quais o psicólogo presta seus serviços. Ao final do processo, deve surgir um Código de Ética Profissional em sintonia com as necessidades e a realidade da sociedade brasileira contemporânea, valorizando a igualdade de direitos, deveres e oportunidades dos cidadãos.

Finalização será na reunião da APAF

A realização do II Fórum Nacional de Ética foi uma deliberação do IV Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 2001. Até o final de setembro, todos os Conselhos Regionais do Brasil vão realizar seus fóruns de debates regionais, nos quais serão elaboradas teses de reformulação e sugestões para um novo Código de Ética da Psicologia. As propostas resultantes dos fóruns regionais devem estar finalizadas até o dia seis de outubro, quando serão encaminhadas para o Conselho Federal de Psicologia e posterior discussão no Fórum Nacional, marcado para novembro. No Fórum Nacional será produzido o relatório final com as propostas para o Código de Ética, documento este que será apresentado e avaliado pela APAF - Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras - em dezembro de 2003. O texto final do novo Código deverá ser aprovado na reunião da mesma Assembléia, em maio de 2004. Para participar do Fórum Nacional de Ética o psicólogo precisa ser delegado (com direito a voto) ou observador (sem direito a voto) e representante do seu CRP, condição adquirida no Fórum Regional, realizado no dia 13 de setembro.

CRP-07 prioriza relação com demais legislações

O Conselho Regional de Psicologia - 7ª Região promoveu uma série de encontros mensais até chegar ao Fórum Regional de Ética, durante os quais foram avaliados e sistematizados alguns temas considerados relevantes para os psicólogos participantes. Entre estes, destacaram-se questões como o sigilo e a privacidade, levando em conta a psicologia como um bem comum e os direitos dos pacientes. Nesta perspectiva, as propostas encaminhadas ao Fórum Regional de Ética e que devem ser levadas ao Fórum Nacional reforçam o aspecto da cidadania e valorizam a atuação do psicólogo como ferramenta de trabalho social. Além disso, existe a preocupação que o Código de Ética acompanhe e leve em conta as demais legislações existentes no País, como o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código do Consumidor, junto com mudanças na relação dos psicólogos com o Sistema Judiciário.

Mudanças refletem maneiras de pensar a profissão

A principal referência da revisão do atual Código de Ética leva em conta a ética como um referencial básico na relação do psicólogo com o usuário e na construção da cidadania. Por isso, na comparação com os dois códigos anteriores, deve haver mudanças significativas na redação do seu texto. Com pouco mais de duas décadas de existência, o Código de Ética da Psicologia ainda tem muito para ser aprimorado. Mas algumas mudanças importantes podem ser observadas neste percurso recente, como a alteração do tratamento ao usuário: enquanto no Código de 1979 o mesmo é referido como cliente, no texto de 1987 passou a ser apresentado como pessoa atendida. O primeiro código também destacava aspectos morais da trajetória do psicólogo, e chama a atenção um dos itens dos Princípios Fundamentais da profissão: "*O Psicólogo, em seu trabalho individual ou em equipe, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional pelo aperfeiçoamento de suas vivências morais, de seus conhecimentos e procedimentos éticos e pela melhoria constante de sua competência científica e técnica*". Esta referência já desaparece no código de 1987, que traz, por sua vez, um item destacando que *a atuação profissional do psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social.* Os dois códigos também apresentam diferenças no que diz respeito ao tratamento dispensado ao paciente. O primeiro (de 1979) apresenta uma lista com oito deveres que o psicólogo teria em relação aos seus "clientes", enquanto o texto seguinte relaciona apenas três. Neste caso, se as relações profissional/paciente estão mais generalizadas, aumentam as preocupações com as instituições empregadoras, com outros profissionais, com as associações profissionais e com a justiça. De um modo geral, o Código de Ética da Psicologia não pretende ser exaustivo em particularidades, mas também não se apresenta de maneira muito generalizada. Questões como o sigilo profissional e uma correta aplicação do código são detalhadas, o que também é uma tendência para o próximo texto. O Código de Ética que vai surgir do encontro de novembro deve, isto sim, aprofundar e valorizar as relações do profissional com seus pacientes, já que está em jogo um profundo sentido de respeito e cidadania para com a socidade.



Reformulando o Código de Ética

Aluízio Lopes de Brito
Psicólogo, Secretário de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia

O homem é um ser histórico-social, por isso necessita de regras, leis e normas que disciplinem e organizem a vida em sociedade com vista ao bem viver e a felicidade, ou seja, era na polis, na cidade, onde deveria se concretizar a plena realização do ser humano e a garantia de todos os seus direito e deveres. Ser cidadão significa, portanto, sentir-se parte e conseqüentemente responsável pelo futuro promissor da cidade, como lugar de segurança, bem estar e morada de todos.

O profissional é por excelência e condição um cidadão, especialmente quando este lida com o comportamento, as relações sociais e a vida em comunidade, como é o caso do psicólogo. Portanto, exercer a psicologia numa perspectiva cidadã é ter um código que manifeste o compromisso de responder a necessidade da sociedade brasileira, tendo como princípios a construção da autonomia, a inclusão e respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Na prática, significa incorporar ao novo Código os avanços já existentes nas resoluções que defendem a dignidade humana, a exemplo da que trata da postura do psicólogo diante da orientação sexual, contra o racismo e a discriminação; é promover nas diversas instâncias da profissão o diálogo com as práticas e áreas emergentes da psicologia; sedimentar e ampliar os avanços na área da saúde mental; incorporar as experiências que consolidam a presença do psicólogo em espaços de saúde e organizações coletivas como: ONG's, associações comunitárias, postos de saúde, movimentos sociais, políticas públicas, movimentos e ações em defesa da vida, da criança, do adolescente, por fim dos direitos humanos. Na verdade trata-se de conciliar a defesa dos grandes princípios que garantem a sobrevivência humana e do planeta com a prática cotidiana, colocando a norma a serviço da vida. Para tanto alguns procedimentos devem ser definitivamente eliminados, como o erro de produzir um código corporativista, que age prioritariamente na defesa do profissional em detrimento da necessidade e interesses da sociedade, um código que disciplina e defende áreas de atuação profissional em vez da profissão de psicólogo, ser exclusivamente normativo e disciplinador de atitudes e comportamentos sem levar em consideração os aspectos políticos e sociais da profissão. Por fim, é oportuno lembrar o eterno mestre Paulo Freire * (p. 20-21): *"o profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialistas estreitos (...) pois quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso profissional, servindo, numa inversão dolorosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem."*

Reformular o Código de Ética é inquestionavelmente uma oportunidade privilegiada de avançarmos para a estruturação de uma profissão cidadã comprometida com a qualidade de vida e trabalho, além de ser um componente significativo no desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna.

(*) FREIRE. Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

debate

"O vértice único da clínica particular não sustenta mais a nossa prática. Limitando um potencial de ação, inibe a abertura a novos campos de trabalho que poderão dar conta da realidade dos brasileiros pautada de discrepâncias profundas. Esta atividade poderá nos propiciar o diálogo, entrar em contato com o nosso pensamento, instigar para sair de um contexto anestesiado. A sobrevivência cotidiana nos facilita adormecer questões que cada vez mais contribuem a uma impotência generalizada. Esquemas prontos, teorias pasteurizadas e diagnósticos limitantes não contribuem no encaminhamento de soluções. Praticar é imprescindível em nossa profissão. Que este possa ser um espaço para mostrar nossas caras."
Sociedade de Psicologia RS

"Diariamente acessamos manchetes disponibilizadas nos meios de comunicação que nos informam: triplica o número de meninos de rua; crianças desaparecidas; família feita refém; o computador e a educação; inclusão social; aumenta o desemprego; aumenta o número de adolescentes grávidas; comunidade vive trauma coletivo. Frente a toda essa realidade você já se perguntou: E eu com isso? E a Psicologia com isso?
É com esse objetivo que convidamos psicólogos, estudantes de Psicologia e instituições formadoras a participar de uma conversa que possa ajudar a consolidar a função social do Psicólogo em nosso meio"
Curso de Psicologia - UCS

"Nos últimos anos muitos profissionais que fazem e ensinam a psicologia têm se esforçado em questionar o lugar que esta assumiu em nossa sociedade, dando início a uma verdadeira crise em nossos paradigmas. Se por muito tempo uma parte da psicologia assumiu o lugar de ajustamento, hoje estamos formando uma nova geração de profissionais, seguramente muito mais críticos aos modos de fazer nossa profissão. Verdadeiro sintoma de nossas inquietações, a quebra de uma "identidade profissional" abre um universo de possibilidades, tão fascinante quanto angustiante. Como estabelecemos novas formas de exercício profissional mantendo aquilo que é próprio da intervenção psicológica? Como colocar-se profissionalmente sem se deixar levar pela competição desenfreada entre as diversas promessas de resposta disponibilizadas em nosso meio social?"
Conselho Regional de Psicologia – 7ª Região

"Dentro de tantos acontecimentos sociais, onde encontraremos nossa profissão? Esperando pacientes em nosso consultórios - olhando somente para nós – ou voltando nossos olhares para quem realmente precisa? Psicólogos, estudantes de psicologia, vamos nos interrogar!!
Devemos ficar omissos ou ser atuantes dentro de tantos episódios conflitantes que estamos vivenciando..."
Diretório Acadêmico de Psicologia – UCS

Psicólogos debatem a profissão em Caxias do Sul

As provocações acima foram elaboradas pelos organizadores do colóquio *O Fazer da Psicologia Hoje no Brasil e em Nossa Região*, que vai reunir psicólogos e estudantes de Psicologia da região da Serra gaúcha no dia 9 de outubro.
O motivo é um debate sobre a profissão, que pretende discutir modos, inserções e paradigmas da psicologia na atualidade. A proposta foi organizada sob a forma de um colóquio para possibilitar que a palavra circule entre todos e haja uma maior interação para avaliar a psicologia dentro de uma realidade específica, situada no tempo e no espaço.
O encontro está marcado para as 19h15min no auditório do Prédio H da Universidade de Caxias do Sul, na própria cidade. A entrada é franca. Mais informações pelo telefone (54) 223.7848.

O encontro é uma parceria entre o Conselho Regional de Psicologia, curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, Sociedade de Psicologia do RS e Diretório Acadêmico dos alunos da UCS.

✶Sandra Fagundes

Psicologia a serviço da integralidade



Desde agosto passado, a Secretaria de Saúde de Porto Alegre está sob o comando da psicóloga Sandra Fagundes. Fundadora do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, especialista em saúde comunitária e saúde pública, Sandra tem um currículo extenso a serviço das políticas públicas e tem como principal objetivo da sua gestão melhorar o atendimento à população e reforçar o comprometimento social dos trabalhadores da área. Sandra Fagundes também já foi presidente do CRP-07 e lembra que na sua época a entidade já buscava este retorno da categoria para as questões sociais. "Mas ainda éramos minoria. Hoje o compromisso social é a marca do Conselho e isso é muito importante, é muito bom", destaca. Ao final da entrevista que concedeu ao CRP-07, Sandra Fagundes fez questão de convidar todos os psicólogos para participarem da Conferência Municipal de Saúde, que será realizado no final de setembro sob o lema "Saúde que temos, o SUS que queremos".

Como a senhora define o papel e a importância do profissional da psicologia nas políticas públicas e, mais especificamente, numa Secretaria de Saúde?

A contribuição que o psicólogo pode dar para a gestão pública tem uma centralidade que é a questão da subjetividade, da possibilidade de incluir. Quando falamos da integralidade da atenção queremos que a dimensão psi, a dimensão da subjetividade seja efetivamente aplicada, tanto do ponto de vista de conceito quanto da tecnologia de cuidado em relação ao trabalhador e a população em geral. E a psicologia tem instrumental conceitual suficiente para este exercício. Para exemplificar, falo de uma questão cotidiana bem freqüente que é a hipertensão. É um sério problema de saúde pública que deveria levar em conta no diagnóstico a história individual de cada um, de como as pessoas lidam com seu corpo e com situações de tensão, com que tipo de rede de apoio elas contam. No começo do processo, pode haver controle da pressão arterial sem o uso do medicamento, e a psicologia pode contribuir bastante nesta dimensão, instrumentalizando os próprios médicos e enfermeiros que têm um contato mais direto com as pessoas, melhorando a consulta médica. É a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, há uma estreita relação psíquica com o estado clínico e físico da pessoas. E nossos profissionais precisam se apropriar melhor destas questões... Outro exemplo, sempre problemático, é a questão das gestantes adolescentes. É um trabalho que precisa ser feito com equipe interdisciplinar para que se entendam os motivos que levam estas meninas a engravidar. Na saúde pública, há uma tradição muito pedagógica no sentido prescritivo e normativo sobre o que as pessoas devem ou não fazer, dizem que não devem engravidar, que deviam fazer anti-concepção... Mas as motivações não são do dever, são outras. Há pesquisas que dizem que elas engravidam porque este é o único período em que são respeitadas enquanto mulheres, mas também é o período em que ocupam o espaço vazio da sua existência. Se não encontram outro lugar de valor em sua vida, daqui a dois anos ocorre uma nova gravidez e acabamos por ter pessoas de 20 anos com 4 filhos. Cito estes exemplos para pensar o quanto o saber acumulado pela Psicologia e o exercício do psicólogo na saúde coletiva podem contribuir para melhorar a qualidade de vida da população. Mas, como qualquer outro profissional da saúde, não basta ser psicólogo para ter um lugar garantido na saúde pública, todos os profissionais precisam ter uma formação adequada sobre as questões sociais e antropológicas.

A integralidade é um conceito muito caro aos psicólogos e a chave do serviço de saúde pública, mas precisa ser repensado constantemente. Como a senhora pretende conduzir estas questões na sua gestão?

Integralidade é uma diretriz e também um conceito central na construção do Sistema Único de Saúde, mas é importante pensar como a pessoa vai ser cuidada. Penso a integralidade em três dimensões. A primeira é o momento da atenção, da relação direta da equipe de saúde com as pessoas, da definição de que recursos precisam para melhorar sua vida. Outra dimensão é a que cria uma rede serviços que responda à integralidade das necessidades das pessoas. Hoje, o desafio é constituir esta rede: trabalhar a atenção básica, encaminhar para serviços especializados, deixar a pessoa tranqüila de que será atendida quando necessário. Também temos a dimensão da integralidade vinculada à eqüidade, considerando que todas as pessoas são diferentes, que ninguém pode ser tratado igual. Aí, de novo, a Psicologia pode contribuir bastante, pensar e construir políticas, perceber que há pessoas que são mais desfavorecidas. Não está na formação do psi detectar estas eqüidades na unidade básica de saúde e, muitas vezes, os psicólogos precisam dar sentido para a sua prática de acordo com o contexto e a população com quem estão trabalhando. Não se pode trabalhar com a lógica ideologizada de que o trabalho na rede privada e com determinada classe social precisa ser melhor e o trabalho com a população pode ser de qualquer jeito ou desqualificado, mas ir ao encontro das suas necessidades. Um bom exemplo é o trabalho com os psicóticos ou com as pessoas em tratamento psiquico. É diferente trabalhar numa clínica privada, dispondo de medicamentos e acompanhamento clínico, e atender um abandonado ou doente de rua. Muitas vezes, é difícil para o psicólogo identificar que ali tem um psicótico e uma pessoa abandonada higienicamente, e que ele, o psicólogo, precisa viabilizar este cuidado. Do meu ponto de vista isso não é secundário, isso não é desqualificado, é o psicólogo que está junto no cuidado com a pessoa..

A senhora é militante do Movimento da Luta Antimanicomial, uma das fundadoras do Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Quais são os seus planos para esta área?

Porto Alegre deve para o Brasil em relação à reforma psiquiátrica e a dívida se dá pela não criação de uma rede de serviços mentais substitutivos aqui. Um dos nossos compromissos é implementá-lo porque o que queremos é o cuidado das pessoas, uma rede integral de atendimento durante 24 horas, e não a desassistência gerada pela falta de leitos e outras questões. Entendemos que os grandes hospitais psiquiátricos, da maneira como estão estruturados, também não as assistem, mas para a população aparecem como uma solução. Porto Alegre tem serviços excelentes, como o CAIS 8, a Pensão Protegida Nova Vida, a Oficina de Geração de Renda, que servem de exemplo para o Brasil inteiro por sua qualificação. Precisamos multiplicar estes serviços, melhorar alguns que já existem e transformar outros em 24 horas porque senão as pessoas vão continuar buscando as emergências dos hospitais. Nestes meses da minha gestão não vamos criar dez CAIS, mas vamos buscar implementar o maior número de serviços de saúde mental.

E quais são as suas expectativas para este seu período de gestão à frente da Secretaria da Saúde?

Queremos continuar o processo de um modo realizador, que a população possa dizer que é bem atendida e que os trabalhadores atuem de uma forma mais comprometida com o SUS. Tenho certeza que não foi feito mais até agora em virtude do estrangulamento financeiro e da lei da responsabilidade fiscal. Um dos desafios é atuar em conjunto com os trabalhadores que já existem, que não são poucos. Porto Alegre tem 5.400 funcionários, 144 serviços, 21 hospitais conveniados. Tem uma massa de trabalhadores, incluindo os da Saúde da Família, que chega a quase 8 mil, que se nós juntarmos com os dos hospitais são mais de 20 mil interagindo com a população. Não é pouco... Um dos objetivos é mobilizá-los na direção da qualificação do atendimento do SUS. O quanto vamos conseguir é outro assunto...

Este espaço é para a sua opinião. Envie sua colaboração para o e-mail jornal@crp07.org.br

opinião do psicólogo

Os textos devem ter cerca de 3.500 caracteres e serão avaliados pela Comissão de Comunicação do CRP-07.

Rita Franci Mendonça
Presidente e diretora clínica do Centro de Estudos Lacaneanos/Porto Alegre

Depressão: estrutura psíquica ou efeito comportamental

O rótulo de depressivo, atribuído anteriormente aos pacientes que tenho recebido para tratamento psicanalítico ao longo dos anos, tem me preocupado sobremaneira. Qual será a razão de ser de um "diagnóstico" tão genérico? Será que tal rótulo remete a uma "verdade psíquica"?

A Psicanálise tem muito a dizer sobre este assunto, principalmente depois de ter recebido as contribuições do Dr. Jacques Lacan, psicanalista francês que resgatou a obra freudiana e a enriqueceu do ponto de vista teórico-clínico. Estas contribuições possibilitaram um avanço no tratamento, não só das neuroses, como da psicose paranóica e da melancolia, por ele denominada de ato masoquista propriamente dito. Suas observações clínicas demonstraram que os estados depressivos acompanham a maior partes das estruturas psíquicas e se manifestam não só nas neuroses, em suas várias modalizações, como também nas psicoses. Contudo, estes efeitos de melancolização são específicos e diferenciados, em sua natureza e expressão, de acordo com a estruturação psíquica de cada sujeito. No caso das psicoses, evidencia-se a impossibilidade de constituição de um sujeito autônomo e descolado de sua mãe. Portanto, a função fálica paterna não pode se fazer presente para operar as identificações necessárias a este processo de autonomia. O efeito disso será mortal em relação ao psiquismo do sujeito e se manifestará através de uma melancolia auto-hostil ou de uma agressividade hetero-hostil.

Além das psicoses, Lacan, em seu seminário "A Relação de Objeto", dá estatuto de conceito à melancolia como uma estrutura específica. Esta é determinada por uma vivência de perda objetal com valor materno. O melancólico identifica-se ao objeto tido como morto e abre mão da vida, o que, necessariamente, não implica em suicídio. Também se pode falar de um efeito melancólico na estrutura maníaca. Nestes pacientes, há um gozo com a degradação e se melancolizarão ao perceber o rechaço social que provocam.

No que se refere às neuroses, as causas de seu efeito de melancolização são bastante diferentes. Nelas pode haver estados depressivos por diversas razões e também por perdas objetais durante a vida. Porém, os neuróticos têm, em geral, melhores condições de fazer o luto destas perdas, ou seja, de elaborá-las e podem, a partir daí, substituir seus objetos amorosos. A neurose histérica, por exemplo, é acompanhada de efeitos de melancolização quando o sujeito não se supõe mais desejado. A decepção, daí decorrente, lhe acarreta angústia e depressão.

Quando Lacan conceitua a neurose obsessiva, principalmente em seu seminário "O Desejo e sua Interpretação", descreve, como sendo a causa do efeito de melancolização nesta neurose, o fato de nela ser atendido o pedido de sua mãe de denegrir a imago paterna. E, como sua identificação passa por esta imago, o sujeito vai desvalorizar-se como desvalorizou o pai, e, com isto, seu próprio desejo. Por esta razão, Lacan compara esta estrutura ao personagem Hamlet, de Shakespeare. Este, por amor à mãe, não pode atender ao pedido do fantasma do pai de vingar seu assassinato e, assim, passa a dar valor mortal ao seu próprio desejo abrindo mão de sua amada, Ofélia. Por conseguinte, se o neurótico obsessivo dá valor mortal ao seu desejo, e, por isso, dele abre mão, se restringirá ao lugar depressivo de espectador da própria vida, como se fosse a de um outro, só que "morto" em relação às suas mais íntimas necessidades. Percebe-se, então, que, em todas as estruturas psíquicas, há efeitos de melancolização e, embora estes efeitos, em sua aparência comportamental, tenham manifestações até semelhantes, suas causas são absolutamente diversas. Daí a necessidade de se conhecer as estruturas clínicas, não só para estabelecer suas verdadeiras causas, mas também, seu diagnóstico diferencial. Isto porque, se, como nos ensina o Dr. Lacan, há um tratamento específico para cada estrutura clínica, como vamos rotular a maioria das pessoas como "depressivas"? Será que isto ajuda a um paciente que procura tratamento? Será que isto não fecha a possibilidade dele interrogar-se sobre os enigmas que o trouxeram ao tratamento e que lhe causam angústia? Não haverá o risco de que, ao ser chamado de "depressivo", ele passe a se conformar em ser portador de uma patologia crônica, de caráter orgânico, com o destino de submeter-se somente a um tratamento organicista? Os pacientes, submetidos a esse tipo de tratamento, percebem que sua angústia retorna e que lhes falta ser efetivamente escutados acerca de seus enigmas, fonte de seus sofrimentos. Ater-se a um efeito comportamental de depressão como verdade em si mesma, não possibilita desvendar as razões inconscientes desta depressão. Serão estas razões inconscientes que determinarão a repetição dos problemas, reiteradamente, ao longo da vida.

Por todas estas razões, faz-se necessário identificar a fonte do sofrimento, tanto na melancolia propriamente dita, quanto nos diversos efeitos da melancolização, justamente para que o paciente possa independizar-se, abrir mão de seu gozo masoquista.

CRP-07

Comissão de Políticas Públicas do CRP-07 organiza novos espaços e atividades

Historicamente, os psicólogos gaúchos vêm construindo um processo de participação nas discussões sobre políticas públicas, em especial no campo da saúde. Muitos são os movimentos aos quais a categoria, através de suas representações, tem sido convocada, participando dos processos de mobilização e ação política comprometida com o processo da Reforma Psiquiátrica, das políticas de atenção a crianças e adolescentes, de atenção aos usuários de álcool e outras drogas, atenção aos idosos, entre outras. Ou seja, políticas públicas que demarcam demandas sociais urgentes e que reconfiguram o fazer dos psicólogos.

A Comissão de Políticas Públicas do CRP-07 tem se feito presente nos diferentes fóruns em direção à construção de um sistema de atenção nestas áreas que seja ético, democrático, digno e tecnicamente eficiente. Entretanto, faz-se necessário dar um passo a mais e buscar uma efetiva articulação dos psicólogos implicados organicamente nestes conselhos operadores de direitos: Conselhos de Saúde, Crianças e Adolescentes, Assistência Social, Idosos. Sabemos que hoje os psicólogos já se fazem presentes em alguns destes conselhos; entretanto parece-nos urgente articular a nossa participação, ampliando a reflexão e o debate sobre a nossa representação nestes espaços. Através do site do CRP-07, vamos abrir um espaço sistemático de consultas e agenda nestas áreas, visando a organização de seminários dirigidos aos psicólogos Conselheiros.
Os psicólogos que hoje estão inseridos em algum destes Conselhos ou tenham interesse de vir a participar, podem cadastrar-se na secretaria do CRP-07 para a troca de informações e a organização de espaços de discussão e articulação dos psicólogos nos diferentes conselhos e cidades do RS.

Comissão de Políticas Públicas do CRP-07
Coordenadora: Maria Cristina Carvalho da Silva
Membros Conselheiros: Mylène Geiger, Célia Trevisi do Nascimento e Liliana Santos

Seminário integra teatro e subjetividade

As relações entre cidade e loucura estão no centro do seminário *A Vida em Cena: Teatro e Subjetividade*, que será realizado de 21 a 25 de setembro na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. O encontro é uma promoção conjunta entre o Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia/UFRGS e a Secretaria Municipal de Cultura e se integra à programação do 10º Porto Alegre Em Cena.

Um dos destaques do seminário é a apresentação da Cia. Teatral Ueinzz, de São Paulo, formada também por atores portadores de sofrimento psíquico em situação de tratamento. Além da peça teatral, o seminário conta com a participação de convidados envolvidos com a discussão de questões relacionadas à loucura, exclusão/inclusão social e cidadania, entre os quais Renato Cohen, Sérgio Penna, Edson Souza, Juliano Pessanha e Tânia Galli Fonseca. O seminário começa no dia 21 de setembro (domingo), às 18h, com um debate sobre *A Cena Contemporânea: Criação e Resistência*, desenvolvido por Celso Favaretto e Elida Tessler, seguido pela apresentação da Cia. Ueinzz. Outras conferências previstas são *O Teatro da Subjetividade* (dia 23, às 15h), *O Corpo em Cena* (dia 24, às 15h) e *Reinventando a Vida* (dia 25, às 18h). Informações e inscrições para o seminário pelos telefones (51) 3316.5149, 3316.3455 ou no site www.ppgpsico.ufrgs.br/ppgpsi

Campanha pelos Direitos Humanos

O CRP-07 participou do V Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos, realizado nos dias 5 e 6 de setembro em Brasília. O evento foi marcado por momentos importantes, a começar pelo lançamento da campanha nacional de Direitos Humanos relativa aos anos de 2003 e 2004, que terá como tema *Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola*. A nova campanha foi apresentada ao Ministério da Educação e foi assunto de uma mesa-redonda formada por Mariza Brito da Justa Neves (UNB), Adriana Marcondes (USP) e Alfredo Veiga-Neto (UFRGS). Os participantes ainda conheceram e estabeleceram estratégias para desenvolver dois projetos: o Programa de difusão de Direitos Humanos na prática profissional e Formação Profissional e Direitos Humanos.

Seção Sul discute o Ato Médico

A Seção Sul do CRP-07, com sede em Pelotas, reuniu representantes de vários conselhos profissionais para discutir e se manifestar contra o PL-25, mais conhecido como Ato Médico. O encontro, realizado no dia 4 de agosto no auditório da Universidade Católica de Pelotas, contou com a participação de 140 pessoas e de palestrantes das seguintes entidades: CRP-07, Delegacia Seccional do Conselho Regional do Serviço Social, do Conselho Regional de Nutrição, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, do Conselho Regional de Educação Física, da Escola de Psicologia da UCPEL, do Conselho Municipal de Saúde e do COREN.

Após a intervenção dos palestrantes, a platéia participou do debate, reforçando a urgência do manifesto de repúdio ao PL 025/02 e a importância da interdisciplinaridade. Também ficou definida a realização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Pelotas, que foi efetivada no dia oito de setembro e contou com representantes do CRP-07, de outros Conselhos profissionais, de vereadores locais, além da mobilização de diversas entidades.

Vencedores do concurso da logomarca

A psicóloga Liège Iglezias foi a vencedora do concurso de criação da nova logomarca do CRP-07. A entrega do prêmio de R$ 1.000,00 foi feita durante a cerimônia de comemoração do Dia do Psicólogo, no último dia 27 de agosto. A comissão julgadora, composta pelas psicólogas Tânia Galli Fonseca e Vera Veríssimo, pela designer gráfica Clô Barcellos e pelo publicitário Cado Bottega, concedeu ainda uma menção honrosa ao trabalho apresentado pela estudante de Psicologia Caroline Santa Maria Rodrigues.

✶

O Conselho Federal de Psicologia abriu inscrições para o Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite - Psicologia e Comunicação Social: Produção de Sujeitos, Subjetividades e Identidades Culturais. Dirigido a estudantes e profissionais da Psicologia, o concurso vai premiar com R$ 3 mil os trabalhos vencedores em cada categoria. Inscrições abertas até abril de 2004. Informações no site www.pol.org.br

O CRP-07 participa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que será realizado de 19 a 21 de setembro em São Paulo.

✶

Em breve, o CRP-07 vai abrir inscrições para o processo de seleção de dois novos psicólogos para o quadro de funcionários da instituição, que vão preencher as vagas de fiscal e coordenador técnico. Acompanhe datas e prazos no site do CRP-07.

Conselho convoca para assembléia orçamentária

Foi marcada para o **dia 29 de setembro** a assembléia orçamentária que vai definir os valores das anuidades, multas, taxas e demais encargos financeiros para o ano de 2004. A reunião está marcada para as 19h30min no auditório do CRP-07, com segunda chamada às 20h. É importante lembrar que só tem direito a voto os psicólogos que estiverem em dia com suas obrigações financeiras referentes ao Conselho de Psicologia.

CRP-07 participa do Encontro da ABRAPSO

O CPR-07 programou três mesas para o Encontro da ABRAPSO, que será realizado na PUC/RS de 14 a 17 de outubro.

Provocações Juvenis para a Psicologia - será apresentada pelas psicólogas Carla Bottega, Gislei Lazzarotto e Simone Hunning a partir de práticas sociais desenvolvidas no trabalho de pesquisa, docência e assessoria em políticas relacionadas ao contexto juvenil contemporâneo. Após o painel, segue um debate com a psicóloga Cecília Coimbra.

Olhar a rua, nos enreda? - traz uma discussão sobre a interdisciplinaridade das políticas de assistência, saúde e educação no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. O debate terá a participação das psicólogas Mylène Geiger, Maria Lucia de Andrade Reis, Maria Luiza Castilhos Flores Cruz e Silvia Giugliani.

Psicologia e Saúde Pública: Entre o Instituído e o Instituinte - será desenvolvida pelas psicólogas Liliana Santos, Vanderléia Leodete Pulga e Ana Maria Jacó Vilela.

agenda

As informações da agenda são atualizadas semanalmente no site
www.crp07.org.br

Formação em Psicanálise
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no Círculo Psicanalítico do RS
Informações (51) 32213292 ou cprs@cpovo.net.

Percurso de Escola 2004 - Turma VII
Curso com início em março de 2004, com duração de três anos.
Inscrições abertas de 15 de setembro a 31 de outubro de 2003, na APPOA
Informações 3333.2140 ou 3333.7922

Perdas e Transformações na Família e no Terapeuta
Workshop com o terapeuta Moisés Groisman
Dia 18 de outubro, no Hotel Everest de Porto Alegre
Inscrições abertas no CEFI
Informações www.cefipoa.com.br ou (51)3222.5578

Formação em Psicanálise
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no Círculo Psicanalítico do RS
Informações: (51) 3221.3292 ou cprs@cpovo.net.

Formação de Terapeutas de Família
Curso com início em março de 2004
Inscrições abertas no DOMUS Centro de Terapia de Casal e Família
Informações (51) 3346.3022, 3395.1895 ou domusctf@terra.com.br

Perspectiva Sistêmico-Relacional em Psicoterapia Individual
Curso com início em outubro
Inscrições abertas no DOMUS Centro de Terapia de Casal e Família
Informações (51)3346.3022, 3395.1895 ou domusctf@terra.com.br

Jornada de Psicologia Organizacional
Tema: Um olhar para o futuro: reconhecer e investir nos talentos humanos
Dias 3 e 4 de outubro em Santa Maria (RS)
Informações (55) 222.52524

Curso de Especialização em Atendimento Clínico Ênfases em Psicanálise ou Terapia Sistêmica de Casal e Família
Local: Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS
Inscrições abertas de 22 de setembro a 3 de outubro
Informações (51) 3316.5130

Criminalidade e espaço urbano: as transversalidades da violência"
De 26 de setembro a 10 de outubro na UNISINOS, em São Leopoldo (RS)
Público-alvo: operadores do sistema penitenciário, profissionais e estudantes de áreas afins
Informações (51) 591.1122 ou extensão@unisinos.br

IV Jornada Baiana de Psico-Oncologia
De 6 a 8 de novembro em Salvador (BA)
Informações (71) 357.6857 ou psicologia@aristidesmaltes.org.br

Conversando com Famílias
Debates na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, abertos à comunidade em geral
Dias 29 de setembro, 27 de outubro e 24 de novembro, às 19h
Inscrições abertas na secretaria da Clínica
Informações (51) 3316-5130 ou clinicap@ufrgs.br

Curso de Terapia de Casal Avançado
Dias 26 e 27 de setembro e 10 e 11 de outubro em São Leopoldo
Público alvo: terapeutas de casal e alunos de terapia de família
Inscrições abertas na Clínica Ser
Informações: (51) 589.1384 ou clinica.ser@terra.com.br

XI Jornada Anual do ESIPP
Tema: Vulnerabilidade do Terapeuta e Função Analítica
De 2 a 4 de outubro, em Porto Alegre
Informações (51) 3338.9878 ou 3338.9877

Jornada da APPOA
Tema: A Direção da Cura nas Toxicomanias - O Sujeito em Questão
Eixos Temáticos: Toxicomanias - Concepções Psicanalíticas; Clínica e Transdisciplinaridade; Outras adições; e Políticas sociais
Dias 17 e 18 de outubro no Novotel, em Porto Alegre
Informações (51) 3333.2140

IX Encontro Nacional de Gestalt-Terapia/VI Congressos Brasileiro da Abordagem Gestáltica
Tema: A Estética das Relações Humanas no Século XXI: que história estamos desenhando para os relacionamentos futuros?
De 29 de outubro a 2 de novembro em Gramado (RS)
Inscrições abertas no Instituto de Psicologia Gestáltica/RS
Informações (51) 33289614 ou igestalt@igestalt.psc.br

XI Simpósio Internacional da Associação Junguiana do Brasil
Tema: Civilização em Transição
De 31 de outubro a 2 de novembro, no Rio de Janeiro
Informações (21) 2547.8972

III Congresso Argentino/I Congresso Iberoamericano de Acompanhamento Terapêutico
Dias 29 e 30 de novembro, em Buenos Aires (Argentina)
Informações http://siteat.cjb.net/

XIII Fórum Internacional de Psicanálise
De 25 a 29 de agosto de 2004 em Belo Horizonte (MG)
Informações (31) 3223.6115 ou www.cpmg.org.br



A Editora da Universidade de Caxias do Sul
acaba de lançar mais um título pela Coleção Conexão. Trata-se de Intervenção Psicológica com Pais de Crianças Portadoras de Fissura Labial e/ou Palatal, assinado pela professora e psicóloga clínica Alice Maggi. Em 110 páginas, a autora aborda casos e faz uma discussão teórica sobre a importância das figuras parentais, principalmente a mãe, no desenvolvimento de crianças com fissuras, que estão muito próximas àquelas com problemas de comportamento. Informações pelo telefone (54) 218.2100 ou no site www.ucs.br

O Instituto Abuchaim mudou de endereço.
Agora está na rua Líbero Badaró, nº 114 (Bairro Boa Vista), em Porto Alegre. Os telefones são (51) 3328.4836 e 3333.9684). O e-mail é iabuchaim@terra.com.br

Cartografias e Devires, a Construção do Presente
Organizadores: Tania Mara Galli Fonseca e Patrícia Gomes Kirst
Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003

Angélica Elisa Giacomel
Mestranda em Psicologia Social e Institucional/UFRGS

Experimentar o tempo, construir o presente

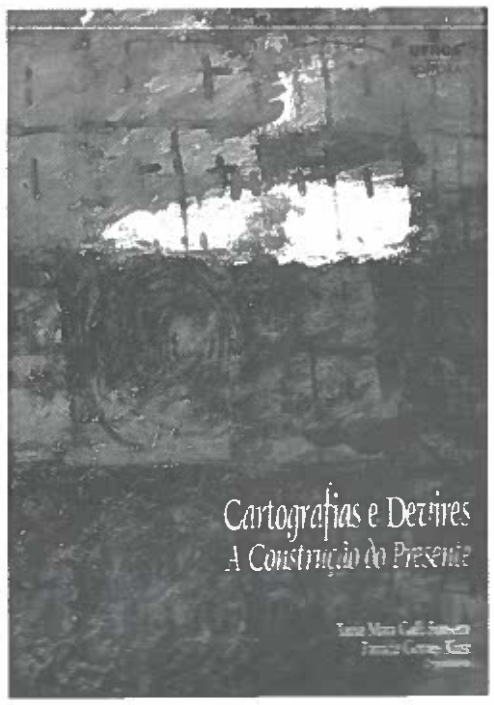
Se por um longo período, na história do pensamento, foi possível tomar a existência como um fenômeno da ordem das essências, ou seja, como dada *a priori*, o contexto contemporâneo tem evidenciado condições propícias para a emergência de um outro estatuto ontológico para a realidade vivida, abalando velhas bases deterministas. E que condições são estas? Ora, se a despeito de todos os recursos inventados para ganharmos tempo, estamos, de revés, sempre sem tempo; se, apesar das inúmeras possibilidades de experimentar/preencher a realidade, apresentadas pelo desenvolvimento técnico das últimas décadas, a vivência subjetiva de vazio é cada vez mais recorrente, haveremos de convergir no seguinte: o existir não depende apenas das condições oferecidas, mas do modo como nos ocupamos, a partir dessas condições, em constituir experiências que nos façam diferir, ou seja, produzir sentidos.

Em outras palavras, somos inevitavelmente responsáveis pela construção do nosso presente, em todas as ações de que tomamos parte. *Cartografias e Devires: a Construção do Presente*, um belo e potente livro organizado por Tania Galli Fonseca e Patrícia Gomes Kirst, distingue, para o pesquisador, esta mesma direção: pensar a vida como invenção cotidiana, efeito de agenciamentos produzidos a partir de um plano imanente, onde não há verdades absolutas a serem resgatadas e nem mesmo estruturas ou leis fundamentais a serem explicadas, apenas intensidades informes pedindo expressão.

Note-se, desde esta outra ontologia, que certos preceitos positivistas de ciência em sua devoção racionalista ao Método perdem o sentido, da mesma forma que princípios adjacentes como neutralidade, generalização e representação da verdade caem em derrocada. Por isso, ao longo das três partes que compõem a obra, os autores vão propondo, com perspicácia e sintonia, uma outra perspectiva, a cartográfica.

A cartografia, enquanto procedimento, não se conforma com a redução da complexidade do mundo a fórmulas rígidas que engessam a existência; o compromisso do cartógrafo é com a vida em sua potência de expansão. Portanto, não se pode reconhecê-lo desde um lugar de exterioridade e isenção, mas ele próprio como um instrumento, um intercessor que compõe com os movimentos do território de pesquisa o plano de onde emergem os saberes como efeitos sempre parciais e provisórios.

Como, pois, cartografar paisagens psicossociais? Primeiramente, é preciso afinar o olhar, entendendo que toda produção de conhecimento é, na verdade, efeito de perspectiva. Assim, a parte inicial do livro constitui-se num alegre, envolvente e maduro apelo a este olhar outro, direcionado para as práticas – e não mais ao Objeto na ilusão de sua totalidade – ao ínfimo invisível, porém justamente onde a vida se produz e se manifesta em sua capacidade de resistir.



Como conseqüência desse passo, torna-se imprescindível problematizar velhos conceitos e noções hegemônicas em torno da produção de conhecimento. A segunda parte converge, portanto, para esta reflexão, afirmando-se, ao longo dos capítulos, a pluralidade e o caráter multifacetado dos processos desde os quais emerge o engendramento sujeito-objeto. A *transdisciplinaridade* é, aqui, a grande inspiração, fomentada por um novo paradigma – ético-estético – que convoca o pesquisador a transitar na fronteira das múltiplas áreas de produção do conhecimento. Psicologia, física, biologia, geografia, filosofia, entre outras, promovem parcerias preciosas que vão reinventando, refinando e afinando os instrumentos de pesquisa; sobretudo do trânsito pelas artes, apreende-se que o conhecer é também criação, produção de sentidos.

E, por fim, urge experimentar. A última parte nos mostra que a experimentação é a palavra-chave do cartógrafo. Os textos ali apresentados, afirmando a expressão das organizadoras, devem ser tomados como conversas, pois o cartógrafo não mais se ilude com o ímpeto de controle sobre o mundo e seus fenômenos. Sua postura é, antes, a do contrato, por entender que objeto vai sempre lhe escapar – tanto mais quando se fala em subjetividade – porque, complexo e fragmentário, seu lugar de direito é, paradoxalmente, um não-lugar, um híbrido no intermédio dos saberes formais acadêmicos. Assim, numa dupla captura, ele abre o corpo do mundo em si e nunca se cansa de expressão desse outro que o habita, dizem outra, experimentando o tempo em sua intensidade, mais do que em sua extensividade.

Enfim, *Cartografias e Devires* é um convite a quem não mais se acomoda a improdutiva polaridade – ou viver no passado, remoendo velhas altercações, ou numa atualidade achatada, antecipando angustiadamente o futuro no ritmo cada vez mais veloz do mundo digitalizado – e deseja ser corpo de passagem para as forças plenas do presente. Proposto "como uma efetiva prática discursiva", ética, estética e politicamente comprometida com o seu tempo, este livro imperdível conclama a experimentar a vida em sua potência inventiva, fazendo dela uma obra de arte da qual não cesse de jorrar, qual olho d'água, os múltiplos sentidos da existência.